



Captura Crítica

Direito, Política, Atualidade

CARTA-MANIFESTO – ALTERIDADE NOSSA DE CADA DIA

Carta-manifiesto – Alteridad nuestra de cada día

Manifesto Letter – Our alterity of each day

Clementino Luiz de Jesus Junior 

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: clementino.jr1@gmail.com.

Artigo recebido em 27/06/2023.

Aceito em 28/06/2023.

Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 14-18, 2023.
e-ISBN: 1984-6096



Este trabalho é licenciado sobre a Creative Commons Attribution 4.0
Este trabajo es licenciado bajo Creative Commons Attribution 4.0
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0

CARTA-MANIFESTO – ALTERIDADE NOSSA DE CADA DIA

"Se Deus assim o quiser, no momento da partida levarei seis deles a Vossas Altezas, para que aprendam a falar" (Cristóvão Colombo)

Segundo o filósofo e linguista Tzvetan Todorov em seu livro *A Conquista da América*, esse trecho da carta de Colombo mencionando os nativos do novo continente, de quem não entendia uma palavra sequer à realeza, incomodou tanto os tradutores do período que estes corrigiram como “para que aprendam nossa língua”. Talvez em um primeiro momento a desumanização do “outro” não tivesse, ainda, se tornado um padrão. A língua de quem tinha seus pés enraizados no então *eldorado* sonhado por um navegador missionário cristão não é considerada língua, e assim aos poucos a existência desses foi sendo minada por demais características que o diferenciavam de quem chegou neste lado do oceano para “encobrir o outro” como afirma Enrique Dussel no que viria a ser chamado de América.

Lélia Gonzalez ao propor a categoria *América Ladina*, em contraponto a colonialidade, provoca a partir dessa linguagem hegemônica e racista, com seus termos que se perpetuam para nos manter acreditando que a América – que surge no Caribe 1492 – é A América, enquanto as ilhas caribenhas são só Caribe. E como se todas e todos nascidos nas outras Américas, Central, Sul, etc., não fossem “americanos”. Inclusive com o passar do tempo se reivindica aos afro-americanos dos Estados Unidos da América todo um protagonismo do pouco que se enxerga de resistência negra nesse grande espaço continental colonizado, em “nome de Deus” com muitas mortes e exploração de recursos naturais.

As identidades étnicas dos povos sequestrados em África no período colonial, outrora usada em anúncios de jornais para “valorizar” esses corpos enquanto posses, mesmo que “legitimando” suas especializações e competências no campo do trabalho ao qual se viam vinculados, com a chegada formal da abolição tardia no Brasil passam a ser denominados e generalizados como negros, e se tornando uma única raça: negra. Essas pessoas são alvo de uma segunda etapa do processo racista onde a ciência – manipulada e conceituada por ideais racistas – encontra na eugenia o caminho para desqualificar a humanidade encoberta durante séculos de escravidão, e não lhes permitir uma “segunda chance” nesse mundo que se propõe livre de um passado violento.

Para Leda Maria Martins “não existem culturas ágrafas (...), pois nem todas as sociedades confinam seus saberes apenas em livros, arquivos, museus e bibliotecas, mas resguardam, nutrem e veiculam seus repertórios em outros ambientes de memória, suas práticas performáticas”, afirma a autora ao definir oralitura em *Performances do Tempo Espiral*. O corpo do ser humano é um palimpsesto, uma pele onde ficam inscritas e sobrescritas toda uma herança de sua existência. O processo colonial com violência física e mental busca apagar essa inscrição ancestral nos corpos negros, impondo-lhes outras línguas e inscrições, mas a “melanina acentuada” e os demais fenótipos usados para depreciá-los guardam muitas informações e conhecimento que não são engatilhados, apenas, pelo tambor, dança e oralidade. Há uma imaterialidade, palavra usada para o que a lógica eurocêntrica não consegue sintetizar ou materializar, mas que está comum nas existências indígenas e africanas em diáspora. Essas marcas não saem da pele.

O *ser brasileiro*, inscrito como um apagamento de origens – exceto as europeias que são sempre reivindicadas em momentos de crise – traz na verdade uma crise identitária: na língua portuguesa o sufixo *eiro* se refere ao ofício, ao trabalho, no caso, a identidade do trabalhador do pau-brasil, no caso o indígena e o negro. O brasileiro nasce do pejorativo, e o tempo contribui para o xingamento se tornar uma identidade de nação. Quem define os rótulos ao longo da história tem orgulho de se denominar brasileiro, independentemente da cor, mas ao identificar um problema em sua construção social aponta como problemas outros rótulos, como por exemplo o “complexo de vira-latas”. A alteridade leva a culpa pelos insucessos de uma colonização violenta, de uma sociedade que persiste em manter ideais racistas e que trazem à memória a frase escrita pelo “descobridor da América” ao se propor a ensinar espanhol para os nativos, antes de seus sucessores optarem por dizimar uma sociedade que julgavam organizada e com muito a oferecer como afirmaria posteriormente Cortez, que encontrou intérpretes para aprender as línguas, os hábitos e se apropriar do que julgou necessário antes de exterminar Incas e Maias.

A retomada de movimentos neofascistas que se apropriam do racismo estrutural brasileiro como forma de promover desigualdade e desunião entre grupos vulneráveis nos fazem entender que assim como os ciclos trazem o resgate dos apagamentos inscritos, a conveniência na manutenção de poderes e privilégios faz com que grupos privilegiados se unam a movimentos totalitários, assim como quem depende destes financeiramente.

Na constituição da sociedade brasileira o ódio se faz presente na mão violenta do estado e de famílias que se beneficiaram por mais de um século do projeto proposto João Batista de

Lacerda em 1911 em Londres, quando do Primeiro Congresso Universal das Raças. Ao apresentar o quadro *A Redenção de Cam*, de Modesto Brocos, ele estima que em até um século daquela data a mestiçagem, com a colaboração dos europeus que ele convidava para ocupar espaços de trabalho no Brasil com algumas facilidades não facultadas aos povos subalternizados, eliminariam qualquer vestígio do corpo negro. O pensamento eugenista de Lacerda persiste ainda na cabeça de algumas famílias, e ele morreu quatro anos após esse evento, sem vislumbrar o fracasso de sua profecia.

A contribuição dos povos negros e indígenas desse país permanece com muita luta e resiliência, para reverter o simbolismo de “cura” pela mestiçagem para a humanização das heranças que definem cada indivíduo que compõe esse grupo estatisticamente majoritário dentre os mais de 214 milhões de brasileiros.

Não se planejam as cidades e a política sem a presença daqueles que sempre estiveram protagonistas do processo, promovendo uma persistência de suas existências na história que, até então, era contada de uma maneira única, como afirma a escritora Chimanda Ngozi Adichie.

A educação vem se firmando desde a lei 10.639/03 (atual 11.645/08) como um campo de disputa, sintetizando todos os conflitos descritos acima de uma sociedade que ainda não quer se enxergar como plural, mas onde educadores comprometidos com uma educação para todos enxergam um estímulo a trazer a história de um povo da maneira como ela deveria ser contada desde sempre, e com isso podemos pensar no significado de ser antirracista.

Nossa história traz a consciência da contribuição, seja pela produção intelectual de muitos, pela linguagem, pelo vocabulário, pela arte ou pela sabedoria popular, ou como afirma Mano Brown em Negro Drama:

Histórias, registros e escritos

Não é conto, nem fábula, lenda ou mito

Não foi sempre dito que preto não tem vez?

Então, olha o castelo e **não foi você quem fez.**

Clementino Luiz de Jesus Junior

Doutor em Educação (UNIRIO); Mestre em Educação (UERJ); Graduado em Desenho Industrial (UFRJ); Pesquisador do GEASur/UNIRIO; Cineasta; Educador audiovisual, Educador Ambiental. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0566-1583>.